

# Terapia ocupacional e a armadilha neoliberal progressista: desafios para uma práxis antiopressiva

## *Occupational therapy and the progressive neoliberal trap: challenges for anti-oppressive praxis*

Magno Nunes Farias<sup>1</sup>, Roseli Esquerdo Lopes<sup>2</sup>

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v33i1-3pe209610>

Farias MN, Lopes RE. Terapia ocupacional e a armadilha neoliberal progressista: desafios para uma práxis antiopressiva. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2023. jan.-dez.; 33(1-3):e209610.

**RESUMO:** Compreendendo as contradições que envolvem o neoliberalismo, e suas pretensões progressistas, é preciso se interrogar sobre as possíveis armadilhas que essas configurações sociais podem “construir” para disfarçar a sua malvadez, inviabilizando uma práxis terapêutico-ocupacional radicalmente antiopressiva, que não se deixe enganar pelas narrativas hegemônicas que tudo tentam cooptar. Parte dessas armadilhas, para nós, se desenha em relação com o fenômeno do *identitarismo*. De forma mais explícita, esses movimentos articulados – neoliberalismo progressista e identitarismo – representam um risco para a ação profissional contemporânea, reduzindo a compreensão dos sujeitos ao imediato, ao visível, ao individual e ao subjetivismo, por uma ação que lê o caminho do reconhecimento da identidade (colocada como fixa e separada das dinâmicas sociais) via, exclusivamente, o empoderamento individual/vazio/simbólico, podendo reafirmar um discurso meritocrata. Logo, é urgente empreender as lutas pelo reconhecimento das identidades em diálogo com a leitura do sujeito social em uma estrutura desigual e conjuntamente às lutas por redistribuição. Assim, a dimensão social objetiva e concreta, que se consolida na estrutura social, toma lugar na práxis terapêutico-ocupacional e vai de encontro aos movimentos que tentam negar (pela força ou pelo consenso) nossa ação comprometida com a antiopressão e com a transformação social.

**DESCRIPTORIOS:** Terapia Ocupacional/tendências; Identificação Social.

Farias MN, Lopes RE. Occupational therapy and the progressive neoliberal trap: challenges for anti-oppressive praxis. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2023. jan.-dez.; 33(1-3):e209610.

**ABSTRACT:** Understanding the contradictions that involve neoliberalism, and its progressive pretensions, it is necessary to ask ourselves about the possible traps that these social configurations can “build”, in order to disguise their wickedness, making unfeasible a radically anti-oppressive therapeutic-occupational praxis, which does not be fooled by the hegemonic narratives that all try to co-opt. Part of these traps, for us, is designed in relation to the phenomenon of *empty identity politics*. More explicitly, these articulated movements – progressive neoliberalism and *empty identity politics* - represent a risk for contemporary professional action, reducing the understanding of subjects to the immediate, visible, individual and subjectivism, by an action that reads the path of identity recognition (placed as fixed and separate from social dynamics) via, exclusively, individual/empty/symbolic empowerment, being able to reaffirm a meritocratic discourse. Therefore, it is urgent to undertake the struggles for the recognition of identities in dialogue with the reading of the social subject in an unequal structure and together with the struggles for redistribution. Thus, the objective and concrete social dimension, which is consolidated in the social structure, takes place in the therapeutic-occupational praxis, and goes against the movements that try to deny (by force or consensus) our action committed to anti-oppression and social transformation.

**KEYWORDS:** Occupational Therapy/trends; Social Identification.

1. Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia. Ceilândia. Brasília, (DF), Brasil. E-mail: magno.farias@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9249-1497>

2. Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, (SP), Brasil. E-mail: relopes@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9572-4586>

**Endereço para correspondência:** Magno Nunes Farias. Correio postal: SQS 415, Bloco P, Ap.314, Brasília, DF, Brasil. CEP 70298160. Número de telefone: +55 61 98102-2288. magno.farias@unb.br

## INTRODUÇÃO

Qual é a possibilidade de uma práxis terapêutico-ocupacional que apreenda as múltiplas injustiças sociais e que esteja comprometida em combatê-las? Quais são as armadilhas em debates permeados pelo *identitarismo*<sup>\*</sup>, cuja funcionalidade se dá em um *contexto neoliberal progressista*? Essas foram as perguntas que guiaram, inicialmente, este ensaio e nos levaram a problematizar os processos que propõem uma *falsa subversão das hegemonias*, marcados por discursos que se pautam em causas identitárias, sob a égide de um tempo histórico em que nos defrontamos com a erosão do solo comum que funda a democracia social e suas políticas universais. Sem nos afastarmos das lutas de sujeitos pelo reconhecimento de suas existências, de seus modos de vida, das violências que os atravessam, de desvantagens de várias ordens e pelo acesso a oportunidades e recursos, como não jogar no campo do *individualismo progressista* que, a nosso ver, pode inviabilizar uma práxis terapêutico-ocupacional radicalmente inclusiva, progressista e antiopressiva<sup>1,2</sup>, portanto, radicalmente democrática.

Paulo Freire coloca que: “A minha luta contra o capitalismo se funda aí, na sua perversidade intrínseca, na sua natureza anti-solidária” (p. 70)<sup>3</sup>. Assim, não é possível, nos termos freireanos, uma lógica neoliberal que se diz progressista sob o capitalismo, isto é, voltada para uma sociedade justa e pautada na humanização. Em outros termos, o autor reafirma que não existe *humanização do capitalismo*, conforme:

O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (p. 248)<sup>4</sup>.

Compreendendo as contradições que envolvem o neoliberalismo e suas pretensões progressistas, por meio de uma leitura guiada por diversas autoras e autores, interrogamos as possíveis armadilhas que essas configurações sociais podem “construir” - para disfarçar a sua malvadez, inviabilizando um *fazer/pensar* terapêutico-ocupacional radicalmente antiopressivo<sup>5</sup>, não disseminador de narrativas hegemônicas, que a tudo tentam cooptar. Nesse sentido, tecemos as relações desse processo com o fenômeno

do *identitarismo*<sup>6</sup>, como uma lógica que fixa identidades de forma a individualizá-las e essencializá-las, dando substância para a lógica neoliberal progressista:

A capacidade<sup>(1)</sup> de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder (p.142)<sup>4</sup>.

Para responder àquelas perguntas iniciais, é necessário romper com discursos que naturalizam as realidades, as formas e os caminhos múltiplos, pensando um projeto societário (e profissional) antiopressivo, intencionado para a liberdade<sup>1,5</sup>. Queremos anunciar percursos que se constituam em prol de estruturas libertadoras e da ética universal do ser humano, mirando o rompimento com uma lógica de mercado emoldurada por algo que se diz ético, como nos ensina Paulo Freire<sup>7</sup>.

### A armadilha neoliberal progressista e o *identitarismo*

Fraser<sup>8</sup> pontua que a justiça social, durante muito tempo, foi, para muitos, restritamente baseada nos aspectos da *redistribuição*, em uma sociedade fundada na desigualdade estrutural dos meios de produção, ou seja, da propriedade e, assim, muito focada na questão social e no acesso a direitos sociais, em um contexto pós-socialista. Esse componente da luta social passou a dar lugar a uma visão de justiça centrada no *reconhecimento*, colocada, também para muitos, como antagônica à primeira. Para a autora, só é possível antever justiça social, em seus âmbitos econômicos, identitários e políticos, se a luta por ela reunir *redistribuição e reconhecimento*.

Fazendo essa defesa, não obstante, a autora vem evidenciando um fenômeno contemporâneo frente a essas questões, que inviabiliza a noção de justiça social, a partir da retórica neoliberal progressista, sobretudo, pela perversa apropriação das pautas focalizadas nas lutas por reconhecimento.

Fraser<sup>9</sup> coloca que o neoliberalismo progressista combina “um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhe-

Haideró utiliza o termo *identity politics* (em português, *política identitária*) ao tecer a crítica àquelas políticas identitárias especificamente esvaziadas/individualistas, baseadas em premissas neoliberais. Assim, seriam políticas identitárias cooptadas pelo capital. No português, alguns autores, como Barros<sup>11</sup>, denominam esse fenômeno como *identitarismo*. Neste texto, optamos pelo termo *identitarismo* para sinalizar a diferença entre políticas identitárias esvaziadas e o debate em torno de pautas identitárias de modo geral; inclusive, traduzimos *identitarismo* como *empty identity politics* (em português, *política identitária vazia*) na versão em inglês do seu resumo.

cimento. O componente distributivo deste amálgama era neoliberal” (p. 46). Tal organização social reconfigura um programa que alia a economia criativa, em um governo para ricos, com uma política liberal meritocrata de reconhecimento, mas que não tem nenhum tipo de redistribuição econômica no sentido da justiça social de fato<sup>9,10</sup>. A partir dessa contradição, consolida-se a aposta de um neoliberalismo que esconde sua perversidade, sob a ótica da meritocracia voltada para *poucas* pessoas de *alguns* grupos marginalizados. Freire<sup>3</sup> nos ajuda a compreender esse movimento histórico, que se impõe com mais força desde os anos de 1990:

Chamo a atenção para certa implicação presente de forma velada nos discursos neoliberais. Quando falam da morte da História, das ideologias, das utopias e do desaparecimento das classes sociais, me dão a certeza de que defendem um fatalismo a posteriori [...] agora defendem o fim da História saúdam o “novo tempo”, o da “vitória definitiva” do capitalismo como um futuro que tardou, mas chegou para acabar com a própria História (p. 33)<sup>3</sup>.

Sob o viés do “fim da História”, anunciado por esse neoliberalismo, o caminho que se desenvolve desde 1990, que ganhou mais forma no século XXI, é a possibilidade de um neoliberalismo “progressista” que, conforme a análise de Fraser<sup>9,10</sup>, traz a ideia de conciliações que não têm como centro a questão social na sociedade capitalista, ou seja, as classes sociais, focalizadas nos conflitos raciais, de gênero, sexualidade, de credos religiosos etc. Trata-se de uma perspectiva em que todos podem vencer e que é possível viver um *capitalismo humanizado* (em plena inequidade das classes) – ideais fomentados pelas próprias forças, anunciadas, inclusive, pelos movimentos reduzidos ao reconhecimento, quando defendem as chamadas políticas identitárias como o único ou o principal meio para compensar déficits sociais e democráticos históricos.

Com o neoliberalismo progressista, de matriz estadunidense, se concilia o recuo do Estado provedor, o *Welfare* social-democrático, desde o final da década de 1970, com a partilha dos recursos remanescentes, conforme o poder relativo de movimentos sociais e forças políticas.

No processo, pautas centrais de reconhecimento, igualmente importantes<sup>8,10</sup>, são cooptadas e “incluídas” nesse discurso, sem tampouco lidarem com seus limites no âmbito da redistribuição. Deste modo, emerge uma linguagem meritocrata e individualista, ainda que falando de grupos ou coletivos, que passa a conformar discursos em torno de uma justiça social e da resistência histórica de diversos grupos.

Nesse panorama, se constituem críticas importantes em relação às lutas centradas no reconhecimento, que acabam por ser incorporadas pelo neoliberalismo progressista. Em diálogo com Haider<sup>6</sup>, compreendemos a relação direta desse processo com o *identitarismo*. Tendo em vista que esse fenômeno dialoga com a crítica de Fraser<sup>8-10</sup>, que problematiza a cooptação das pautas de reconhecimento, as demandas “identitárias” vão se consolidando nos sistemas, de forma isolada, fixa e individualista, apenas arranhando, se tanto, uma organização econômica fincada na expropriação, exploração e subalternização. O reconhecimento torna-se um fator interno, a partir de identidades fixas e individuais, que passam a dialogar com a lógica do capital – reduzidas à meritocracia:

A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. E esse ideal era inerentemente *específico a cada classe*: voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo igual aos dos homens brancos heterossexuais *de sua própria classe*. A variante feminista diz isso; mas, infelizmente, não é a única. Focado em “afirmar-se” e “quebrar o teto de vidro”, seus principais beneficiários só poderiam ser os que já possuíam o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros seriam mantidos no andar de baixo (p.47, grifos da autora)<sup>9</sup>.

Nessa lógica, tomando-se as questões de gênero e raça, por exemplo, se tem mais mulheres e negros em lugares de poder em grandes multinacionais, assim, se construiu um capitalismo que dialoga com tais pautas e que traz algum tipo de justiça social. No entanto, isso se coaduna com a manutenção da meritocracia, pois não acontece no nível da relação coletiva das dinâmicas sociais e econômicas, mas sim em uma perceptiva *identitarista*. Barros<sup>11</sup> argumenta que:

A exaltação da identidade como algo fixo, absoluto, algo dado, preexistente, e não relativo, é a pura expressão da forma de valorização do capital como fim em si mesmo, que precisa assegurar para alguns indivíduos uma colônia ainda viável de exploração. É esse fenômeno que busca uma identidade ideal e não relativa, um  $Eu=Eu$ , como forma inconsciente da realização de valorização do capital, que chamo de *identitarismo* (p. 156).

A perspectiva que toma o dado da identidade e o

coloca como algo fixo e absoluto assegura seu caráter de cooptação – inclusive por compreender que as identidades fixas resultam da própria produção social contraditória, que perpassa a relação entre o capital e o aparato disciplinar do Estado moderno, acionando esse tipo de individualidade. Haider<sup>6</sup> pontua que a identidade se trata de um fenômeno real, que representa a maneira pela qual o Estado lida com indivíduos, bem como uma conformação que reflete a complexidade das relações sociais na constituição da nossa individualidade.

Com base nesses movimentos, ideias como “empoderamento”, “diversidade” e “lugar de fala” passam a fazer parte do vocabulário *na gestão de negócios e mercadorias*<sup>9,10,12</sup>, como uma moeda de troca no capitalismo e no Estado moderno, elevando a inclusão de alguns, porém, negligenciando a luta coletiva de classe – de base anticapitalista<sup>6</sup>. Assim, “propostas para deixar de lado preocupações relativas à classe representam um risco especial [...]”. Nesse caso, o resultado seria uma nova versão do neoliberalismo progressista – uma que combina o neoliberalismo no *front* da distribuição com políticas militantes antirracistas de reconhecimento” (p. 56, grifos da autora)<sup>9</sup>.

Essa moeda de troca sustenta-se na individualidade, acentuando a contradição que constitui os mecanismos da perspectiva neoliberal progressista, tirando das identidades os dados históricos, políticos e sociais de sua construção. Em diálogo com Haider<sup>6</sup> e Costa<sup>12</sup> (p.49, grifos da autora) coloca que:

[...] o enquadramento da política de identidade, tal como caminha, reduz a política ao que o indivíduo diz que é, no sentido de obter o seu reconhecimento como indivíduo e não como “sujeito social” que participa em uma coletividade, na luta coletiva contra uma estrutura social opressora, necessária a um novo “universalismo insurgente”.

Portanto, as identidades são fixadas em um cenário que perde sua constituição junto a dinâmicas sociais, culturais e políticas, em uma relação estreita com as demandas econômicas. A produção de um desejo identitário começa a dialogar de maneira muito forte com a valorização do capital, que se restringe, em muitos momentos, a uma subrepresentação, como coloca Fraser<sup>9,10</sup>, ou a uma “representação simbólica ou individual”, como traz Fernandes<sup>13</sup>, alicerçada nas relações de consumo e no âmbito do mercado. Desta maneira, não há diálogo entre as contradições identitárias e a estrutura social, em busca de uma transformação radical. Frente a isso:

[...] é necessário garantir que a representatividade

simbólica tenha conteúdo voltado a emancipar as demais pessoas de cada grupo oprimido. Essa representatividade concreta, com conteúdo, fará ainda mais diferença, porque exige coerência coletiva (afastando perspectivas individualistas sobre alcançar o topo) e porque deve ser solidária com todos os que querem ser ouvidos e querem lutar (p.116-117)<sup>13</sup>.

Haider<sup>6</sup> discorre que o movimento da política identitária tem como marco as demandas articuladas pelo *Coletivo Combahee River*, em 1977, grupo construído nos Estados Unidos da América (EUA), composto por mulheres, negras, socialistas e lésbicas. Segundo esse autor, essas mulheres tensionavam os movimentos socialistas para que se voltassem às experiências de mulheres, negras e lésbicas, no sentido de fortalecer a luta coletiva e não de romper com ela, caminhando para a defesa da construção de uma solidariedade com outros grupos progressistas, em prol da luta contra todas as lógicas de opressão. Todavia, ao longo da história, Mohandesi<sup>14</sup> afirma que o que se iniciou como uma perspectiva para agregar maior inclusão para a luta socialista, superando alguns de seus limites em prol de uma política mais diversa, acabou instrumentalizado como “oposições” e divisionismos.

Resumidamente, há um processo de colonização que incide nessa luta, na contingência de outros acontecimentos históricos movidos pelo capital e mediante a fixação – no *identitarismo*, algo que funciona, inclusive, como estratégia de fragmentação das lutas coletivas<sup>6</sup>, ou, nas palavras de Freire<sup>15</sup>, dos diversos oprimidos, que perdem sua unidade na diversidade.

Mesmo com uma consolidação política, histórica e social distinta, os EUA<sup>6</sup> e o Brasil<sup>11-13</sup> podem ser vistos enquanto articuladores de um bloco histórico<sup>16</sup> configurado por um modelo econômico de concentração de renda, combinado com certo reconhecimento da diferença. No contexto brasileiro, isso se faz vigente, sobretudo, nas relações atreladas ao mercado, tendo em vista que temos, hoje, no Brasil, um Estado moderno perfilado pelo *neoliberalismo reacionário*, marcado pelo (des)governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022), que rompe com os diálogos que tenham qualquer pretensão progressista, mesmo aqueles articulados pelo neoliberalismo.

Um imbróglcio importante está na dinâmica para se compreender que as identidades também reforçam normas e modos de vida nas relações tipicamente capitalistas. A exemplo, temos a identidade da classe média conservadora que ainda continua sendo a referência para parâmetros de exclusão e danos sociais para os oprimidos<sup>6</sup>.

Estado e o mercado tomam como referência para

parametrizar exclusões “identitárias” a classe média, tendo em vista a ausência do componente de classe social nas análises, logo, a *identidade conservadora classe média, branca e masculina* conformaria o que se almeja, fomentando a ideia de que superar a exclusão é reproduzir o status dessa identidade, em alguma dimensão. Por isso, perdemos de vista os componentes das reais pretensões de potência política e de suas diferenças nas vidas dos oprimidos, nos esquivando de um projeto societário coletivo. Então, consideramos que partir da perspectiva identitária, sem diálogo com as estruturas sociais, é correr o risco de afirmar o ideal da classe média branca para pensar a inserção social, indo ao encontro de um desejo de homogeneidade nela enraizado.

Essa homogeneidade enraizada e buscada, diz respeito, sobretudo, ao medo de perder *status* e tornar-se *simples* classe trabalhadora. Isso foi tratado por Marx no 18 de Brumário, no que chamou de *pequena-burguesia*, dentro dos processos revolucionários esse conjunto de sujeitos percebe que seria mal recompensado materialmente e a social-democracia seria o caminho para evitar isso, mantendo-se instituições burocráticas para a administração dos dois polos extremos (capital e o trabalho assalariado), buscando certa harmonia. “Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que seja enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia” (p. 63)<sup>17</sup>.

É urgente compreendermos que as identidades não podem ser situadas de forma naturalizada, como elementos simples da subjetividade, visto que são aspectos que dizem do “sujeito social”; assim, as percepções sobre as identidades que se referem à raça, ao gênero, à sexualidade etc. se configuram em um mundo capitalista. De forma mais explícita, o desejo de um homem ao se relacionar sexualmente com outros homens é apenas uma possibilidade das relações humanas, mas a homossexualidade é uma identidade constituída socialmente, interligada às estruturas sociais, que fixam essa identidade, seja na subalternidade ou no cooptação.

Haider<sup>6</sup> destaca o risco de perdermos de vista um projeto universal de um espaço comum de luta a todos os sujeitos inseridos em diversas categorias de opressão, em uma unidade na diversidade<sup>3</sup>. As possibilidades de caminhos para isso já eram debatidas pelo movimento do Pantera Negra, nascido em 1966, nos EUA, cujos membros, por exemplo:

[...] reconheciam que os negros foram oprimidos numa base especificamente racial e que, portanto, tinham que se organizar autonomamente. Mas, ao mesmo tempo, falar de racismo sem falar de capitalismo, é esconder o que é necessário para que o povo tenha de fato o poder em suas mãos. Apenas cria uma situação em que o policial branco é substituído pelo policial negro. Para os Panteras isso não era uma libertação (p.41)<sup>6</sup>.

Deste modo, os Panteras Negras estabelecem que os movimentos devem se colocar na luta coletiva, considerando a estrutura social, que vai além das identidades. Esse exemplo pode ser entendido também no que tange a todos os demais movimentos, não apenas o antirracista, mas o feminismo, das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, dos movimentos sociais pela posse da terra, urbana ou rural, dos movimentos dos trabalhadores do mundo, entre outros.

Fraser<sup>9,10</sup> também disserta sobre esse tema para pensar um feminismo para os 99%, fazendo uma crítica ao feminismo neoliberal (feminismo do 1%), cooptado pela lógica do *neoliberalismo progressista* e ao qual se refere o identitarismo, uma vez que é preciso formular e lutar por um feminismo para os 99% das mulheres que não integram o 1% da população rica, isto é, um movimento que contemple as mulheres da classe trabalhadora.

Não objetivamos, aqui, estabelecer um grau hierárquico de importância entre opressões, posto que as pautas identitárias devam vir junto aos debates sobre as estruturas sociais, pois as compõem e dizem fortemente acerca da luta de classes, cabendo tecer um diálogo interseccional. Segundo Fernandes (p. 117)<sup>13</sup>, “o papo de ‘classe vem primeiro, raça vem depois’ e similares, que ainda habita certos círculos, ignora que, só porque determinada opressão atinge diretamente um grupo, não quer dizer que sua força não impacte todas as outras relações sociais”. A autora acrescenta que as identidades são essenciais e ligam-se completamente a questões como as estruturas desiguais, sendo, portanto, relevante não negligenciarmos os pontos comuns de opressão como pontos de chegada de uma luta coletiva.

Ainda sobre as contradições dos cooptações das pautas, Haider<sup>6</sup> reflete sobre o movimento antirracista:

Na academia e nos movimentos sociais, nenhuma contestação séria surgiu contra a cooptação do legado antirracista. Intelectuais e ativistas permitiram que a política fosse reduzida ao policiamento da nossa linguagem, à questionável satisfação de provocar culpa nos brancos, enquanto as estruturas institucionais de opressão racial e

econômica permanecem (p.42-43)<sup>6</sup>.

Assim, o que afirmamos é que devemos *pensar/fazer* indo além daquilo em que querem no fixar em relação a um debate identitário restrito ao indivíduo, ao empoderamento e à leitura simplista do *lugar de fala*.

É preciso formar um mosaico desta luta – unidade na diversidade com organização coletiva, caminhando para uma revolução cultural – tendo a história como possibilidade<sup>7,18</sup>.

Para opor-se a injustiça, o projeto de emancipação universal, de uma solidariedade revolucionária global, só pode ser realizado através de organização e ação. Acredito que é possível alcançar isso, levar adiante a luta daqueles que vieram antes. Mas a ideologia dominante trabalha intensamente para nos convencer de que não há alternativa. Nessa realidade rasa e sem esperança, alguns escolhem os consolos do fundamentalismo. Mas outros escolhem os consolos da identidade (p.26)<sup>6</sup>.

Inclusive, esse é um caminho de (re)compreensão do legado da luta antirracista das socialistas, lésbicas, negras, intelectuais e ativistas do *Coletivo Combahee River*, sendo necessário não permitir que suas pautas sejam reduzidas ao policiamento de nossa linguagem e à promoção individual da culpa aos brancos, por exemplo<sup>6</sup>. Em outros termos, é preciso que seja inspiração para a transformação das estruturas funcionais de opressão racial/patriarcal/social.

A *solidariedade* como projeto político<sup>4</sup> entre os movimentos é central para que não se perca o caminho de um projeto revolucionário. Freire e Oliveira<sup>19</sup> estabelecem a solidariedade em antagonismo ao individualismo, como força de unidade para a luta coletiva contra as múltiplas opressões.

Dessa forma, a nossa ação técnico-política como terapeutas ocupacionais deve estar direcionada ao processo terapêutico-ocupacional não como um processo restrito às identidades individuais, mas sim como uma leitura que integre os *sujeitos sociais*. O desafio é nos localizarmos historicamente e nos questionarmos se estamos conseguindo avançar nisso, em uma prática antiopressiva e intencionada para a liberdade<sup>1</sup>, sem perder de vista as especificidades de diferentes grupos e pessoas, sem que estejamos apenas distraídos pelas armadilhas das identidades.

**Antigas conhecidas: armadilhas no caminho para um pensar/fazer terapêutico-ocupacional antiopressivo e libertário**

Compreendemos que, em parte, um ponto nodal dos perigos que cercam a práxis dos terapeutas ocupacionais no contexto contemporâneo diz respeito às armadilhas do identitarismo e do neoliberalismo progressista.

Nesse viés, em alguma medida, para nós, isso dialoga com as reflexões já empreendidas sobre o “mito da atividade terapêutica”, nas elaborações de Nascimento<sup>20</sup>, em texto publicado em 1990, definido como “a crença, ainda comum entre terapeutas ocupacionais, em que qualquer atividade pode ser terapêutica, desde que o profissional a utilize com esse *objetivo*, ou seja, se souber explorar as propriedades terapêuticas intrínsecas em cada atividade em pacientes e situações determinadas” (p.17, grifo da autora)<sup>20</sup>.

Em consonância com as contradições colocadas no tópico anterior, uma práxis terapêutico-ocupacional que dialoga com o identitarismo, logo, com o neoliberalismo progressista, parte da crença de um projeto e de uma intencionalidade que fica no indivíduo e no “mito” de um *fazer* terapêutico-ocupacional, com suas atividades e recursos, focalizado, reduzido, no/ao empoderamento individual dos sujeitos da intervenção.

Tais diálogos ficam ainda mais evidentes a partir do que Nascimento<sup>20</sup> compreendia como consubstanciando esse novo mito na época, em relação à redução da ação humana a aspectos subjetivos, emocionais e expressivos do indivíduo. Não que esses não fossem aspectos importantes, porém, a sua problematização era voltada ao entendimento do processo apenas na dimensão individualizada, algo que reduzia a essa única dimensão a ação humana. Nessa análise, novamente, a vida concreta e prática escapa, pois a atividade é o centro do processo, negligenciando as necessidades concretas dos sujeitos historicamente situados, das populações excluídas com as quais sempre se depararam e continuam se deparando os terapeutas ocupacionais – apegando-se, redentoramente ao mito da “atividade terapêutica”, no lugar da terapia pelo trabalho ou da ocupação, e ignorando as funções sociais das instituições e da prática profissional.

Inspirados nessas reflexões de Nascimento<sup>20</sup>, hoje, corremos um risco para a práxis profissional contemporânea, reduzindo a compreensão dos sujeitos ao imediato, ao visível, ao individual e ao subjetivismo, a uma ação que lê o caminho do reconhecimento da identidade (colocada como fixa e separada das dinâmicas sociais) exclusivamente pela via do empoderamento individual/vazio/simbólico, podendo afirmar, inclusive, um discurso meritocrata. Logo, é urgente empreender as lutas pelo reconhecimento das identidades em diálogo com a leitura do *sujeito social* em uma estrutura desigual e conjuntamente

às lutas por redistribuição.

Destarte, “com boas intenções” a práxis terapêutico-ocupacional pode (re)produzir narrativas do neoliberalismo progressista, do identitarismo que estagna o processo na afirmação de uma identidade fixa, não relativa e aliada à valorização do capital<sup>11</sup>, perdendo de vista que as identidades são produções sociais e requerem projetos profissionais que lidem com esses aspectos, contemplando as dimensões macro e macrosociais de forma dialética<sup>21</sup>, com “capacidade de compreender o movimento do real, da história e da vida em seu contexto” (p. 102)<sup>22</sup>.

É necessário ter cuidado com determinadas abordagens que se reduzem apenas às perspectivas identitárias, ou seja, articulando a centralidade da identidade fixa e um trabalho vinculado a um espontaneísmo licencioso, tomado pela atividade com a identidade. Nesse contexto, mesmo quando se tem uma intencionalidade positiva (mas ingênua) no processo, não voltada para a “adaptação” de modo diretamente violento, as consequências funestas da alienação podem voltar a tomar o campo, pois, ao negligenciar a leitura social sobre os sujeitos, reafirmam-se caminhos de alienação sobre as vidas concretas e o lugar da ação profissional.

Deste modo, terapeutas ocupacionais cooptados por discursos do empoderamento simbólico/individual, do multiculturalismo, do *lugar de fala* e da representatividade simbólica, correm o risco de conduzir e crer na suficiência de uma prática direcionada apenas para o sujeito, sem situá-lo em toda sua complexidade.

Cabe destacar que entendemos esse aspecto como algo já historicamente criticado por terapeutas ocupacionais, mas, hoje, isso se recoloca a partir de dinâmicas conjunturais distintas, tornando-a necessária e implicando uma releitura da terapia ocupacional frente aos perigos da práxis reducionista.

Silva e Oliver (p. 869)<sup>23</sup>, ao debaterem participação social e terapia ocupacional, discorrem que no campo profissional “é preciso tecer uma análise crítica sobre as abordagens reducionistas e individualizadas que, apesar de considerarem participação como ‘estar e se envolver na vida social’, pouco discutem que essa vida pode estar (e provavelmente estará) imersa em conflitos macrosociais, políticos e culturais”. Assim, o debate sobre perspectivas “tidas” como progressistas, mas que conservam lógicas reducionistas para compreender os sujeitos é urgente.

A questão da participação social precisa ser deslocada do âmbito privado e individual dos sujeitos para a vida pública, histórica, cultural, coletiva e para as relações de poder, os processos emancipatórios e de inclusão e

as oportunidades de acesso aos direitos. Isso se torna urgente quando a sociedade está inserida no processo de mundialização com forte presença das alternativas neoliberais de produção e distribuição de desigualdades, como no caso brasileiro, pois existe uma centralidade no crescimento econômico, inovação tecnológica e nas políticas de austeridade, que pouco investem na garantia de direitos fundamentais (p. 869)<sup>23</sup>.

Portanto, esse processo é essencial, dada a tarefa do terapeuta ocupacional enquanto agente que busca alargar as possibilidades de vida das pessoas e fomentar a participação social<sup>21-24</sup>, sendo a armadilha neoliberal progressista, em conjunto com identitarismo, ideologias que têm sido estratégicas para embaçar uma leitura crítica e macrosocial sobre as vidas vividas pelos sujeitos para os quais direcionamos nossas ações profissionais, desmobilizando a produção de uma práxis que mire no empoderamento social (não somente individual) e na representatividade concreta (não somente simbólica), caminhos estes que dialogam com o que nos pontuam Haider<sup>6</sup> e Fraser<sup>9</sup>.

Há tempos, Barros<sup>25</sup>, no artigo *Operadores de Saúde na Área Social*, colocava a importância de compreendermos a terapia ocupacional em sua ação técnica indissociável da ação política, tendo em vista que a cisão entre essas ações acarreta na neutralização do conflitos concretos, na patologização e na individualização das problemáticas sociais – questões que confluem com a perspectiva do identitarismo e do empoderamento estreitamente individual da pessoa (funcional à adaptação e à meritocracia), ou seja, que não visam a complexidade do real.

“Nem sempre percebemos o conjunto de valores e normas que estão implícitos nos procedimentos técnico-assistenciais, quando isolados do contexto histórico e de luta de classes que os produziram e para os quais os técnicos devem obter um consenso *espontâneo*” (p.14, grifo da autora)<sup>25</sup>; assim, nos aparece evidente um diálogo com Haider<sup>6</sup>, quando se afirma a importância de se compreender questões como as que se referem às demandas que contornam as identidades sociais, aos aspectos de raça/etnia, gênero, sexualidade etc., destacando a complexidade histórica e social associada a aspectos de classe sociais, de redistribuição e de estrutura social.

Isso não quer dizer que o empoderamento individual ou simbólico não seja um aspecto importante, necessário, mas insuficiente se a ele reduzido, parametrizando uma práxis que individualiza os problemas sociais e não coloca em jogo a importância de se apreender, entender, ouvir e dialogar com o sujeito e sua capacidade de agenciamento também frente às questões macrosociais. Aqui

podemos fazer um outro paralelo, do que já se colocava como crítica, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a uma terapia ocupacional humanista, mas longe da vida cotidiana e dos modos pelos quais era vivida<sup>26-28</sup>.

Especificamente, é muito relevante lembrar as elaborações da terapia ocupacional social, que afirmam que o ponto da ação se dá *na história e na busca pela emancipação pessoal e social*, haja vista que a “compreensão da indissolubilidade entre homem [ser humano] e mundo e entre história pessoal e social que vai conferir sua marca à terapia ocupacional social” (p.101-102)<sup>22</sup>. Farias e Lopes<sup>29</sup>, dialogando com os pressupostos freireanos sobre conscientização e empoderamento, tecem sua relação com uma terapia ocupacional social que, estando com o indivíduo, se dirigem ambos o rumo à coletividade.

A armadilha neoliberal progressista, ao ser reproduzida por terapeutas ocupacionais em suas produções práticas e teóricas, reelabora a perspectiva da atividade (ou da ação terapêutico-ocupacional), voltando-se para a produção de um empoderamento das identidades em uma perspectiva individual, descartando as estruturas sociais que perpassam essa experiência e os diálogos essenciais para a práxis profissional. As identidades devem ser compreendidas como ponto de partida e não de chegada<sup>13</sup>, tendo em vista sua potência e importância para *pensar/fazer* a luta social – denunciando lógicas de opressão que são centrais para desestabilizar a estrutural social e anunciando outras possibilidades para se estar na vida coletiva.

Todavia, para que isso ocorra, é necessário superar perguntas como: *O que é mais importante, raça ou classe, gênero ou raça etc.?* De forma mais clara, é necessário compreender que realizar uma práxis antiopressiva requer uma análise da estrutura social e de suas articulações com as relações de opressão – com a finalidade de captar como e em que medida as opressões se retroalimentam na sociedade capitalista<sup>1,29</sup>, como causas identitárias podem ser demandas universais e como pautas particulares precisam

assumir vocação de luta radical por direitos para todos<sup>30</sup>.

Diante da perspectiva neoliberal progressista, que tem se infiltrado mesmo entre aqueles que buscam modificar a realidade, com base em Basaglia e Ongaro Basaglia<sup>31</sup> e em Paulo Freire<sup>3,18</sup>, devemos nos atentar que enquanto a ação dos profissionais reproduzem lógicas das classes dominantes, sem engendrarem e comprometerem-se com a consolidação de novas estruturas e lógicas de cuidado, a subalternização da classe dominada permanecerá sendo reproduzida.

Ainda com Nascimento<sup>20</sup> (p. 21, grifos da autora), quando coloca que:

Não existem receitas para uma nova prática. Mas a direção pode e deve ser claramente assumida: é a ação transformadora dos técnicos e pacientes juntos, a partir e no processo de restituição do *paciente* à condição de *Homem* [seres humanos], sujeito de sua própria história, participante do seu destino; uma intervenção – ao mesmo tempo técnica e política – que enfrente diretamente a complexidade dos problemas e dos limites impostos aos nossos clientes e à nossa competência profissional e descubra, com eles, caminhos possíveis.

Por fim, com Lorde<sup>32</sup>, para dizer que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (p. 137). Nesse sentido, a retórica *neoliberal progressista* nunca será capaz de trazer uma representatividade concreta que supere o nível da subrepresentação ou da representação vazia/simbólica e individualista. Assim, a dimensão social objetiva e concreta, que se consolida na estrutura social, precisa tomar lugar numa práxis terapêutico-ocupacional que se quer social e vai de encontro aos movimentos que tentam negar (pela força ou pelo consenso) nossa ação comprometida com a antiopressão e com a transformação social.

## REFERÊNCIAS

1. Farias MN, Lopes RE. Terapia ocupacional social, antiopressão e liberdade: considerações sobre a revolução da/na vida cotidiana. Cad Bras Ter Ocup. 2022;30(spe):e3100. doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN234531001
2. Lopes RE, Borba PLO. A inclusão radical como diretriz para terapeutas ocupacionais na educação. Rev Ocup Hum. 2022;22(2): 202-14. doi.org/10.25214/25907816.1402
3. Freire P. À sombra desta mangueira. São Paulo: Olho D'água, 1995.
4. Freire P. Globalização ética e solidariedade. In: Dawbor L, Ianni O, Resende PA(Orgs.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
5. Farias MN, Lopes RE. Pensar/fazer como prática da liberdade: a terapia ocupacional e o centenário de Paulo Freire. Cad Bras Ter Ocup. 2021;29:e3027. doi.org/10.1590/2526-8910.ctoED292021
6. Haider A. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de

- hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
7. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
  8. Fraser N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age. *New Left Review*. 1995; 212:68-93.
  9. Fraser N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Polit Soc Florianópolis*. 2018; 17(40):43-64. doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43
  10. Fraser N. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
  11. Barros DR. Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.
  12. Costa MAN. A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil: passagens. *Rev Int Hist Polític Cult Juríd*. 2020;12(3):404-29. doi.org/10.15175/1984-2503-202012304
  13. Fernandes S. Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.
  14. Mohandesi S. Identity crisis. *Viewpoint*, 2017.
  15. Freire P. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: UNESP, 2001.
  16. Gramsci A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
  17. Marx K. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
  18. Freire P. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
  19. Freire P, Oliveira WF. Solidariedade e esperança como sonhos políticos. In: Freire P, Freire N, Oliveira WF (Org.). Pedagogia da Solidariedade. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 70- 110.
  20. Nascimento BA. O mito da atividade terapêutica. *Rev Ter Ocup da USP*. 1990;1(1):17-21.
  21. Malfitano APS. Contexto social e atuação social: generalizações e especialidades na terapia ocupacional. In: Lopes RE, Malfitano APS. (Org.). Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 117-133.
  22. Barros DD, Ghirardi MIG, Lopes RE. Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. 2002; 13(3):95-103. doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103
  23. Silva ACC, Oliver FC. Participação social em terapia ocupacional: sobre o que estamos falando? *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 2019;27(4):858-72. doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1883.
  24. Lopes R. Cidadania, direitos e terapia ocupacional. In: Lopes RE, Malfitano APS. (Org.). Terapia Ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 29-48.
  25. Barros DD. Operadores de saúde na área social. *Rev Ter Ocup da UUSP*. 1990;1(1):11-6.
  26. Pinto JM. De terapeuta ocupacional para terapeuta ocupacional: os métodos de terapia ocupacional e suas elaborações na UFSCar (1983-1987). São Carlos: UFSCar, 1987.
  27. Pinto JM. As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985). São Carlos: UFSCar, 1990.
  28. Francisco, B. Terapia Ocupacional. Campinas, SP: Papyrus1, 1988.
  29. Farias MN, Lopes RE. Terapia ocupacional social: formulações à luz de referenciais freireanos. *Cad Bras Ter Ocup*. 2020;28(4):1346-56. doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN1970.
  30. Kerstenetzky CAL. Como causas identitárias podem ser demandas universais. *Folha de São Paulo*. Ilustríssima. 2022. 06 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/07/debate-identitario-e-vitima-do-extremismo-no-brasil.shtml>
  31. Basaglia F, Ongaro Basaglia F. A utopia da realidade. In: Basaglia F (Org.). Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 225-236.
  32. Lorde A. Irmã outsider. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

#### Autoria e Indicação de Responsabilidade:

*MN Farias e RE Lopes* foram responsáveis pela concepção, redação e revisão do texto e aprovaram sua versão final.

Recebido em: 20.03.2023

Aceito em: 07.06.2023

